

ENERGIA ELÉTRICA

Investidores divergem sobre as novas regras para PCHs

O setor deverá receber aportes de R\$ 140 bilhões nos próximos 15 anos

RIVADAVIA SEVERO
BRASÍLIA

As novas regras para a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) dividiram a opinião entre grandes e pequenos investidores durante a audiência pública realizada ontem pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para debater o tema. A intenção da agência é a de facilitar a construção de mais hidrelétricas. "As usinas devem ser construídas mais rápidas e devem ser mais eficientes", disse o diretor-geral da Aneel, Jerson Kelman.

O Brasil tem um conhecido déficit de energia elétrica e o governo federal está fazendo um esforço para produzir mais energia. Daí as mudanças na legislação para as centrais hidrelétricas de até 30 megawatts (MW). Segundo a agência reguladora, as principais alterações nas regras beneficiam a avaliação do potencial hidráulico dos rios, estimulam a redução do tempo de tramitação dos processos, criam novos crité-



JERSON KELMAN
diretor-geral da Aneel

rios para desempate e estabelecem a aplicação de penalidades para evitar o atraso nas obras.

De acordo com o representante da Associação dos Pequenos e Médios Produtores de Energia Elétrica, Ricardo Pigatto, está em jogo investimentos de R\$ 140 bilhões para os próximos 15 anos no setor. Ele defende a exigência da apresentação do projeto básico como pré-requisito para entrar na disputa pela obra, para evitar a especulação no processo. "Isso é uma modificação importante".

O representante da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine), Daniel Araújo Carneiro, elogiou a Aneel por ter incorporado "várias" sugestões da associação na minuta do projeto que está sendo debatido. E de-

RAIO X DAS PCHS

Quantidade de PCHs existentes: **302**
Potência (KW): **2.067.933**
Participação na matriz: **2,04%**

Em construção

Quantidade: **83**
Potência (KW): **1.373.330**

Empreendimentos autorizados, mas ainda não construídos (entre 1998 e 2008)

Quantidade: **153**
Potência (KW): **2.296.000**

Fonte: Aneel

fendeu que aqueles investidores que "realmente" têm condições econômicas de fazer as obras tenham regras mais simples e claras. Carneiro elogiou a postura da Aneel que "acolheu" as propostas de inventário e caução no projeto que está sendo avaliado. O critério de desempate também foi defendido pela Apime, que argumenta que "as propostas são avançadas e irão premiar aqueles investidores que de fato vão realizar as obras". Precisamente este ponto foi alvo de re-

clamações de algumas pequenas empresas e escritórios que representam esses investidores durante o debate público.

O representante da Rischbieter Engenharia, Ivo Rischbieter, empresa que participou da construção de PCHs em Santa Catarina, disse que o sorteio e o inventário propostos na minuta da Aneel são critérios "absurdos" que só contribuem para facilitar a vida das grandes empresas. "O que falta são autorizações por parte da Aneel", criticou Rischbieter.

As novas regras para autorizar a construção das PCHs mudam a Resolução 395/1998 para "simplificar" o processo de outorgas das usinas. Pela proposta, o valor de caução para fazer o registro para construir a usina varia entre R\$ 20 mil e R\$ 150 mil. As contribuições dos interessados serão avaliadas pelos técnicos da Aneel e depois serão levadas para votação pela diretoria. Entrarão em vigor depois de serem publicadas no Diário Oficial da União. Não há prazos para cumprir as diferentes etapas do processo, mas a agência diz que o tema é prioritário e que dará celeridade ao processo. As sugestões de mudanças na minuta começaram no dia 13 de junho e irão até 18 de julho.

Atraso no andamento das obras prejudica matriz

ROBERTA SCRIVANO
SÃO PAULO

Diferentemente do que acontece com as grandes hidrelétricas, das quais a concessão é concorrida em leilão, as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) são construídas mediante autorização dada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O investidor faz o inventário do rio, aponta o local onde realizará a obra e, em seguida, solicita o alvará do órgão regulador para tirar a proposta do papel. O processo é menos burocrático para as PCHs porque o impacto ambiental desse tipo de empreendimento é considerado de baixo risco. "As medidas do Proinfra (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica) no geral tem muitas falhas, mas a principal é a medida que define o preço da eletricidade gerada pelas usinas", afirma Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (Cbie).

Segundo ele, os valores definidos para a venda da eletricidade não incentivam o andamento dos projetos. "O preço é muito mais baixo do que deveria ser e o ne-



ADRIANO PIRES
Diretor do Cbie

gocio acaba deixando de ser rentável ao investidor", comenta o especialista que sugere "leilões específicos" como uma possível solução ao problema.

Porém, ressalta Pires, há também alguns empreendedores que conseguem a autorização da Aneel, mas acabam não levando a construção adiante. "Há a parte perversa da história e a Aneel está certa de mudar as regras para acabar com esse problema", diz o especialista se referindo ao processo de audiência pública aberto na Aneel para regularizar a concessão das PCHs.

"Tem empreendedor que consegue a licença para instalar a PCH que senta em cima do projeto, espera valorizar para que

surja um comprador interessado", avalia Pires. O diretor do Cbie explica que, com a falta de ampliação na oferta de energia nacional os projetos de geração tendem a ser valorizados rapidamente. "Na atual situação do País, só a licença para instalação passa a valer uma fortuna", considera.

Para evitar que esses potenciais de geração sejam desperdiçados, a Agência quer aumentar o rigor na concessão das licenças, a fim de assegurar que o empreendedor dê continuidade ao projeto.

Mesmo com todos os entraves, a geração a partir das pequenas centrais está em plena ascensão. De 1998 até este mês, a quantidade de PCHs em operação no País triplicou de 97 para 302. A capacidade instalada total dessas hidrelétricas cresceu 359% no mesmo período, passando de 450 MW para 2.067 MW. Deste total, 73% das geradoras estão nas regiões Sul e Sudeste do País. E com as baixas taxas de crescimento de oferta, há uma forte tendência de a geração de PCHs ampliar sua participação na matriz energética.

As vantagens e desvantagens

Prós

- ✓O custo de geração e implantação da PCH são competitivos na comparação com outras fontes, inclusive as hidrelétricas de grande porte
- ✓Viabiliza o aproveitamento do potencial de rios próximos às regiões consumidoras de pequeno e grande porte
- ✓Impacto ambiental reduzido, já que não é necessário alagar grandes regiões

Contras

- ✓A burocracia para liberação ambiental, embora simplificada, ainda é um entrave que pode causar atrasos
- ✓As PCHs são boas opções para complementar a necessidades por energia, mas não podem ser usadas como base da matriz energética
- ✓São prejudicadas com os mesmos problemas regulatórios do restante do sistema elétrico